

XIII



**SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
MICROBIOLOGIA
APLICADA**

ANAIS

PORTO ALEGRE, 25 A 27 DE MARÇO DE 2021

XIII



**SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
MICROBIOLOGIA
APLICADA**

Editado por

Andreza Francisco Martins

Amanda de Souza da Motta

Patricia Valente da Silva

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE, 25 A 27 DE MARÇO DE 2021**

Anais

XIII

**Simpósio Brasileiro de
Microbiologia Aplicada**

25 a 27 de março de 2021, Porto Alegre, Brasil

ISSN 2237-1672

Porto Alegre, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

2021

MALÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL: APENAS UMA HISTÓRIA?

Alessandra Bittencourt de Lemos^{1,2}, Jáder da Cruz Cardoso², Onilda Santos da Silva¹

(aleblemos2@gmail.com)

1 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGMAA – Setor de Parasitologia

2 – Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul/RS

3 – Centro Estadual de Vigilância em Saúde - CEVS

A malária é uma doença antiga e de grande impacto na saúde pública por causar milhares de mortes anuais pelo mundo. No Brasil, sua ocorrência está relacionada a dois tipos de regiões, sendo a amazônica considerada endêmica e a região extra-amazônica, não endêmica. O bioma Mata Atlântica tem apresentado importância na transmissão de malária extra-amazônica, uma vez que propicia um ambiente para que ocorra todos os elementos necessários para sua manutenção: vetores anofelinos, parasitos do gênero *Plasmodium* e hospedeiros como o homem e os primatas-não-humanos. O Rio Grande do Sul teve endemismo de malária na região litorânea, onde possui grande área coberta por Mata Atlântica, apesar de ser considerada livre desta doença desde meados de 1960. A fim de reunir as informações disponíveis acerca desta endemia no Estado, foi realizada extensa pesquisa bibliográfica e visitas a museus e acervos em busca das informações históricas. Assim, relatamos: em 1900 ocorreu o primeiro registro, no município de Rio Grande; os primeiros casos importados ocorreram no município de Torres, em 1906; entre 1909 e 1911 além de Torres também foram registrados casos em Osório; entre 1911 e 1918 tiveram registros de casos autóctones em Torres e Osório, além de casos importados na capital; em 1918 o município de São Borja registra casos autóctones; entre 1918 e 1930 a situação epidemiológica da malária volta a ser igual ao período anterior, sendo São Borja excluído como município autóctone; entre 1930 e 1940 não foram encontrados registros de casos importados em Porto Alegre, apesar de ser possível a inferência de sua ocorrência. Torres e Osório são os únicos municípios autóctones; em 1940 ocorreram casos autóctones em Itaquí, São Luiz de Gonzaga, Santo Ângelo, Ijuí e Santa Rosa. Já em 1941 houve casos autóctones em Lageado, Iraí, São Borja, Alegrete e Uruguaiana, além de casos importados em Santa Maria, São Gabriel, Santiago e Porto Alegre; entre 1956 e 1960 são registrados apenas casos importados em Porto Alegre. No final desta década o RS é considerado livre da malária; em 1969 é identificada malária símica em Guaíba; em 2003 havia registros de malária importada em Porto Alegre, além de uma malária símica em Itapuã (município de Viamão); em 2014 um caso de malária autóctone ocorre no município de Três Forquilhas registrando sua possível reemergência no Estado. Casos importados seguem sendo monitorados pelos serviços estaduais de Vigilância em Saúde; por fim, em 2017 ocorre malária simiana no município de Morro Reuter. O resgate histórico desta endemia mostrou sua dinâmica ao longo dos séculos e evidenciou que sua reemergência é possível e pode estar ocorrendo no Estado. Assim, é possível alertar a população e os profissionais de saúde quanto aos riscos iminentes desta parasitose no Rio Grande do Sul, a fim de evitar formas graves e óbitos em decorrência da demora em considerar a malária como uma possibilidade diagnóstica.

Palavras-chave: *Plasmodium* sp., reemergência, endemia, vigilância em saúde